

Boletim do Trabalho e Emprego

16

3.ª SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho

Preço 37\$50

BOL. TRAB. EMP.

LISBOA

VOL. 48

N.º 16

P. 2161 - 2304

30 - MAIO - 1981

ÍNDICE

Organizações do trabalho:

Sindicatos:

Estatutos:

Constituição:

- | | Pág. |
|---|------|
| — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações (Sindetel) | 2165 |

Alteração:

- | | |
|---|------|
| — Sind. dos Trabalhadores de Seguros do Norte | 2173 |
|---|------|

Corpos gerentes:

Constituição:

- | | |
|--|------|
| — Sind. dos Operários das Ind. de Madeira do Dist. de Viana do Castelo | 2181 |
| — Sind. dos Trabalhadores das Ind. de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Norte | 2181 |
| — Sind. dos Descarregadores de Mar e Terra do Dist. de Setúbal-Montijo | 2183 |
| — Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Panificação do Dist. de Braga | 2183 |
| — Sind. dos Enfermeiros da Zona Norte | 2184 |
| — Sind. dos Estivadores e Barqueiros do Dist. de Setúbal | 2184 |
| — Sind. dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Dist. de Lisboa | 2185 |
| — Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul | 2185 |
| — Comissão Instaladora do Sindetel — Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações | 2186 |
| — Sind. dos Transportes Rodoviários do Dist. de Faro | 2186 |
| — Sind. dos Metalúrgicos de Braga e Guimarães | 2187 |
| — Sind. dos Profissionais de Transportes Turísticos e Outros Serviços de Angra do Heroísmo | 2188 |

Associações patronais:

Estatutos:

Alterações:

- | | |
|--|------|
| — Assoc. Portuguesa dos Médicos Patologistas | 2189 |
| — União das Assoc. de Comerciantes dos Concelhos Limitrofes de Lisboa e outros | 2193 |
| — Assoc. Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias | 2194 |

Corpos gerentes:

Constituição:

- | | |
|--|------|
| — Assoc. Portuguesa de Odontologia | 2199 |
| — Assoc. do Ramo Automóvel do Norte | 2199 |
| — Assoc. Nacional das Farmácias | 2200 |
| — Assoc. Nacional dos Ind. de Produtos de Cimento | 2200 |
| — Assoc. dos Ind. de Aluguer de Automóveis sem Condutor | 2201 |
| — Assoc. Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas | 2201 |
| — Assoc. Nacional dos Ópticos | 2201 |
| — Assoc. Livre dos Ind. pelo Frio | 2202 |
| — Assoc. Portuguesa dos Ind. de Borracha | 2202 |
| — Assoc. de Armazenistas, Refinadores e Exportadores de Azeite | 2202 |

ASSOCIAÇÕES PATRONAIS

ESTATUTOS

Alterações

ASSOC. DOS MÉDICOS ANALISTAS PROPRIETÁRIOS DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS QUE PASSA A DENOMINAR-SE ASSOC. PORTUGUESA DOS MÉDICOS PATOLOGISTAS

ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Da denominação, natureza jurídica, sede e âmbito, fins e atribuições

ARTIGO 1.º

1 — A Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas, abreviadamente designada por APOMEPA, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215-C/75, de 30 de Abril, é um organismo de duração ilimitada e sem fins lucrativos.

2 — A APOMEPA rege-se pelo disposto nestes estatutos e, em tudo o que neles for omissivo, pela legislação em vigor, devendo ainda ter em consideração na sua actuação as orientações da Organização Mundial de Saúde no âmbito da actividade que representa e a observância dos princípios deontológicos por parte da classe que integra.

ARTIGO 2.º

A APOMEPA é constituída pelos médicos seus associados que para o efeito deverão ser titulares da especialidade de patologia clínica, anátomo-patologia e outras que a Ordem dos Médicos considere adequadas ao exercício das competências no âmbito da patologia clínica.

ARTIGO 3.º

(Sede e delegações)

1 — A Associação tem a sua sede em Lisboa.

2 — Sempre que se mostre necessário ou conveniente, tendo em vista o mais eficiente estudo e defesa dos interesses dos associados, poderão ser criadas, com carácter permanente ou temporário, delegações regionais, as quais terão a estrutura orgânica e a competência que a assembleia geral fixar.

3 — É criada uma delegação no Porto.

ARTIGO 4.º

(Fins e atribuições)

1 — A APOMEPA tem por objectivo o estudo e defesa dos legítimos interesses e direitos do sector da actividade que representa, em geral, e dos seus associados em particular, competindo-lhe, para tanto, promover e praticar tudo quanto possa contribuir para o respectivo progresso científico, técnico, económico e social, designadamente:

- a) Definir e realizar esquemas gerais de actuação na defesa dos interesses dos seus associados, bem como pronunciar-se quanto aos respectivos direitos e obrigações emergentes da sua qualidade de sócios;
- b) Representar junto da Administração Pública e das entidades privadas — nacionais e estrangeiras — sempre que se torne necessário e conveniente, os interesses dos associados;
- c) Oferecer aos associados serviços destinados a assegurar e defender os seus interesses que não colidam com os princípios deontológicos e bem assim apoiar e incentivar o desenvolvimento do respectivo sector de actividade;

- d) Colaborar com a Ordem dos Médicos, com organismos públicos e entidades particulares no estabelecimento de acordos de prestação de serviços por parte dos seus associados;
- e) Representar os associados, intervir, a seu pedido, em esquemas de resolução de conflitos, informá-los e orientá-los em questões que se suscitam em matéria de relações de trabalho, dando-lhes, nestes domínios e na medida do possível apoio técnico ou qualquer outro compatível com a natureza e capacidade da Associação;
- f) Representar os associados na negociação e celebração de convenções colectivas de trabalho;
- g) Recolher e divulgar informações e elementos estatísticos de interesse para os associados;
- h) Estudar e propor medidas e normas que possam concorrer para a redução dos custos dos serviços ou melhorar as condições de exercício da actividade;
- i) Promover e colaborar na realização de simpósios e colóquios, nacionais e internacionais, publicações de interesse científico e técnico, bem como noutras iniciativas de interesse para o sector da actividade;
- j) Desempenhar, em geral, quaisquer outras funções, de interesse para o sector.

2 — A Associação prestará toda a orientação e assistência aos herdeiros dos seus associados, relativamente a todos os problemas ou processos pendentes à data do seu falecimento ou deste consequentes, que respeitem ao consultório e se situem no âmbito de competência da Associação.

3 — É vedado à Associação exercer qualquer ingerência na actividade exercida ou nos estabelecimentos a cargo dos associados, sem prejuízo de lhes recomendar a observância de práticas ou normas consentâneas com o interesse colectivo dos demais associados, nomeadamente quando estejam em causa princípios de carácter deontológico.

4 — A Associação assegurará contactos regulares e esquemas de cooperação com a Ordem dos Médicos com vista à melhor prossecução dos fins próprios de cada uma, sem prejuízo da respectiva autonomia, sempre que qualquer delas se não desvie das normas e princípios éticos comumente aceites.

CAPÍTULO II

ARTIGO 5.º

(Admissão)

- 1 — A admissão dos sócios é da competência da direcção.
- 2 — Só podem ser sócios da APOMEPA as pessoas singulares que possuam a habilitação profissional prevista no artigo 2.º
- 3 — Os médicos que pretendam ser admitidos devem apresentar os seus pedidos na sede da Associação.
- 4 — Os pedidos serão instruídos com os elementos necessários à identificação da pessoa requerente e com a documentação comprovativa de que esta satisfaz os requisitos previstos no artigo 2.º
- 5 — A representação dos sócios perante a Associação far-se-á pessoalmente, sem prejuízo da formas de mandato que a lei admita.

ARTIGO 6.º

(Direitos dos associados)

São direitos dos associados:

- a) Tomar parte nas assembleias gerais e nas reuniões para que forem convocados;
- b) Eleger e serem eleitos para os cargos associativos;
- c) Requerer a convocação da assembleia geral nos termos previstos no artigo 17.º;
- d) Apresentar à Associação as sugestões julgadas convenientes para a realização dos fins da mesma e requerer a sua intervenção para a defesa dos interesses dos associados;
- e) Frequentar a sede da Associação e utilizar todos os seus serviços nas condições permitidas por lei e pelos estatutos ou regulamentos da Associação ou que vierem a ser legitimamente definidas pela direcção;
- f) Usufruir de todos os demais benefícios ou regalias que a Associação proporcione.

ARTIGO 7.º

(Deveres dos associados)

São deveres dos associados:

- a) Participar na vida e gestão administrativa da Associação, nomeadamente no tocante a deliberações e votações que devam ter lugar em assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias;
- b) Prestar colaboração efectiva a todas as iniciativas que visem o prestígio da Associação, assim como a realização dos seus fins;
- c) Cumprir as determinações regulamentares emanadas dos órgãos associativos, bem como as emergentes destes estatutos;
- d) Satisfazer todos os encargos financeiros que lhes couberem de harmonia com o que for estabelecido pela assembleia geral.

ARTIGO 8.º

(Perda de qualidade de associado)

1 — Perdem a qualidade de associados:

- a) Os que deixarem de satisfazer as condições exigidas para a admissão referida nestes estatutos;
- b) Os que vierem a ser excluídos da Associação por motivos disciplinares;
- c) Os que deixarem de satisfazer, por um período superior a seis meses, os encargos financeiros a que se refere a alínea d) do artigo anterior.

2 — No caso referido na alínea b) do número anterior, cabe recurso para a assembleia geral.

3 — O associado que tiver perdido a qualidade de sócio perde igualmente o direito ao património social.

CAPÍTULO III

Estrutura, órgãos e eleições

SECÇÃO I

Dos órgãos administrativos

ARTIGO 9.º

(Enumeração)

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

ARTIGO 10.º

(Mandato)

O mandato da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal é de três anos, só sendo permitida a reeleição de qualquer sócio para o mesmo órgão por mais de dois mandatos consecutivos no caso desse órgão vir a ser preenchido com, pelo menos, 50 % de novos membros.

ARTIGO 11.º

(Forma de exercício)

1 — O exercício dos cargos é gratuito, podendo os respectivos titulares ser reembolsados de despesas que, por via dele, efectuem, desde que devidamente documentadas.

2 — Em qualquer dos órgãos administrativos, cada um dos seus membros ou componentes tem direito a um voto, cabendo ao presidente voto de desempate.

3 — Os órgãos associativos podem ser destituídos, no todo ou em parte, por deliberação da assembleia geral, expressamente convocada para o efeito, a requerimento de, pelo menos, 20 % dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

4 — A mesma assembleia geral que deliberar nos termos do número anterior decidirá quanto à substituição dos respectivos órgãos ou dos elementos destituídos até à realização de eleições para o preenchimento dos cargos, se for caso disso.

SECÇÃO II

Assembleia geral

ARTIGO 12.º

(Constituição)

1 — A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos e será dirigida por uma mesa composta por um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.

2 — Incumbe ao presidente convocar as assembleias gerais e dirigir os respectivos trabalhos.

3 — Cabe aos secretários elaborar as actas, auxiliar o presidente e substituí-lo nos seus impedimentos ou faltas.

ARTIGO 13.º

(Competência)

Compete à assembleia geral:

- a) Eleger e destituir a respectiva mesa, a direcção e o conselho fiscal;
- b) Aprovar os regulamentos gerais da Associação que não excedam os limites permitidos por lei;
- c) Fixar as jóias e quotas a pagar pelos associados;
- d) Apreçar e votar os relatórios, contas e o parecer do conselho fiscal, bem como quaisquer outros actos e propostas que lhe sejam submetidos, nomeadamente no que respeita à contratação e demais relações de trabalho;
- e) Deliberar os recursos para ela interpostos;
- f) Deliberar sobre alteração dos estatutos;
- g) Aprovar a criação de delegações por proposta da direcção;
- h) Proceder e deliberar sobre os demais assuntos não expressos anteriormente e que legalmente lhe sejam submetidos.

ARTIGO 14.º

(Reuniões)

1 — A assembleia geral reunirá ordinariamente no mês de Março de cada ano para apreciar o relatório e contas da direcção relativamente à gerência do ano anterior, e para proceder, quando tal deva ter lugar, à eleição a que se refere a alínea a) do artigo anterior.

2 — Extraordinariamente, a assembleia geral reunirá por iniciativa da respectiva mesa a pedido da direcção ou do conselho fiscal e bem assim a pedido fundamentado e subscrito no mínimo por 20 % dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

3 — De todas as reuniões será elaborada acta que será submetida à apreciação da assembleia geral seguinte, salvo se esta se destinar a eleições.

ARTIGO 15.º

(Convocações)

1 — A convocação de qualquer assembleia geral será feita, em princípio, por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados com a antecedência mínima de dez dias, e no qual se indicará o dia, hora e local da reunião e respectiva ordem do dia, sem prejuízo de poder ser adoptado outro meio que garanta a efectiva convocação dos sócios e a respectiva prova.

2 — Em caso de extrema urgência assim considerado por quem requiere e a apreciar pelo presidente da mesa da assembleia geral, poderá esta ser convocada em prazo inferior ao mencionado no número anterior.

3 — A assembleia eleitoral será convocada com uma antecedência não inferior a quarenta e cinco dias.

ARTIGO 16.º

(Funcionamento)

1 — A assembleia geral só poderá funcionar, em primeira convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, metade dos sócios.

2 — Não se verificando o condicionalismo previsto no número anterior, poderá a assembleia geral funcionar com qualquer número de sócios, em segunda convocação, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira.

3 — Tratando-se de reunião extraordinária requerida pelos associados, só poderá funcionar se estiverem presentes, pelo menos, 75 % dos requerentes.

ARTIGO 17.º

(Deliberações)

1 — As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria de votos dos sócios presentes ou representados.

2 — As deliberações sobre alterações dos estatutos, bem como sobre a integração da Associação noutros organismo exigem, para serem válidas o voto favorável de três quartos do número de associados presentes.

SECÇÃO III

Direcção

ARTIGO 18.º

(Composição)

A direcção é composta por um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois vogais.

ARTIGO 19.º

(Competência)

Compete à direcção:

- a) Gerir a Associação;
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- c) Criar, organizar e dirigir os serviços da Associação, bem como contratar o pessoal técnico e administrativo necessário;
- d) Cumprir as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações da assembleia geral;
- e) Admitir os sócios e exercer a competência disciplinar;
- f) Apresentar anualmente à assembleia geral o relatório e contas da gerência;
- g) Submeter à apreciação da assembleia geral as propostas que se mostrem necessárias;
- h) Tomar todas as resoluções que forem julgadas necessárias à eficaz aplicação dos contratos colectivos e demais relações de trabalho;
- i) Praticar tudo o que for julgado conveniente à realização dos fins da Associação e à defesa do respectivo sector da actividade;
- j) Exercer as demais funções que se não oponham à lei e aos estatutos.

ARTIGO 20.º

(Reuniões)

1 — A direcção reunirá, pelo menos, uma vez por mês ou sempre que for convocada pelo presidente e funcionará logo que esteja presente a maioria dos seus membros, se as tiver atingido à hora do início dos respectivos trabalhos.

2 — As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de desempate.

ARTIGO 21.º

(Vinculação da associação)

1 — Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da direcção, uma das quais a do presidente e a do tesoureiro sempre que se trate de movimentação de fundos.

2 — Os actos de mero expediente poderão ser assinados por funcionário qualificado a quem forem atribuídos poderes para tanto.

SECÇÃO IV

Conselho fiscal

ARTIGO 22.º

(Composição e funcionamento)

1 — O conselho fiscal será constituído por um presidente e dois vogais.

2 — O conselho fiscal reunirá sempre que convocado pelo presidente ou por qualquer dos seus membros, e obrigatoriamente uma vez por ano para apreciação do relatório, balanço e contas anuais, ou ainda com a direcção, sempre que esta o julgue conveniente.

3 — O conselho fiscal terá relativamente a todos os órgãos da Associação, a competência legalmente atribuída ao conselho fiscal das sociedades anónimas, com as necessárias adaptações.

SECÇÃO V

Eleições

ARTIGO 23.º

(Cadernos eleitorais)

1 — A direcção elaborará cadernos eleitorais, dos quais constarão todos os sócios com direito a voto.

2 — Os cadernos eleitorais são afixados na sede da Associação e serão facultados para consulta dos sócios que o requeriram a partir do oitavo dia a contar da publicação da convocatória para a assembleia eleitoral.

ARTIGO 24.º

(Listas de candidaturas)

1 — A apresentação de candidaturas abrange obrigatoriamente todos os órgãos sociais a eleger.

2 — A apresentação far-se-á mediante entrega na sede da Associação das listas enviadas ao presidente da mesa da assembleia geral até trinta dias antes do acto eleitoral.

3 — As listas serão subscritas no mínimo, por 10 % dos associados.

4 — Nenhum sócio pode candidatar-se em mais que uma lista.

ARTIGO 25.º

(Lista apresentada pela direcção)

1 — A direcção poderá igualmente apresentar, até ao termo do prazo fixado no n.º 2 do artigo anterior, lista de candidaturas subscrita pela mesma.

2 — Se, findo o prazo fixado pelo n.º 2 do artigo anterior, não tiverem sido apresentadas candidaturas por grupos de associados, deverá a direcção elaborar uma lista, a apresentar ao presidente da mesa, nos oito dias seguintes ao termo daquele prazo.

ARTIGO 26.º

(Comissão eleitoral)

1 — Será constituída imediatamente após a convocatória do acto eleitoral uma comissão fiscalizadora do processo eleitoral, composta pelo presidente da mesa da assembleia geral ou seu representante e por dois associados por ele designados.

2 — Cada lista candidata tem o direito de designar um representante para acompanhar os trabalhos da comissão fiscalizadora.

ARTIGO 27.º

(Programa de acção)

A apresentação das listas de candidaturas será acompanhada da apresentação dos respectivos programas de acção.

ARTIGO 28.º

(Regularidade das candidaturas)

1 — A comissão eleitoral apreciará e decidirá sobre a regularidade das candidaturas apresentadas nos três dias seguintes, findo

o prazo da apresentação das listas. Se ocorrer alguma irregularidade, será notificado o primeiro proponente da lista, ou o representante que estiver designado, podendo o interessado proceder à sua regularização dentro dos três dias subsequentes.

2 — As listas, uma vez aprovadas em definitivo, serão afixadas na sede da Associação e distribuídas a todos os associados, assim como os respectivos programas eleitorais.

ARTIGO 29.º

(Identificação das listas)

Se houver mais de uma lista serão as mesmas identificáveis pela ordem alfabética de entrada.

ARTIGO 30.º

(Ordem do dia e duração da assembleia eleitoral)

1 — A assembleia eleitoral terá como ordem de trabalhos exclusivamente a realização do acto eleitoral, não podendo ser nela tratado, discutido ou deliberado outro assunto.

2 — A assembleia funcionará em convocação única e terá a duração que for fixada previamente, e que constará do aviso convocatório.

ARTIGO 31.º

(Mesa de voto)

1 — Funcionará como mesa de voto, na sede da Associação ou em local apropriado constante do aviso convocatório, a mesa da assembleia geral, ou, na sua falta, uma mesa designada entre os presentes.

2 — Na mesa de voto terá assento um representante de cada lista candidata.

3 — Os secretários da mesa e os representantes a que se refere o número anterior servirão de escrutinadores.

4 — Poderá ser estabelecida a realização simultânea de assembleias eleitorais por áreas regionais ou secções de voto, nos termos do que se estabelecer em regulamento eleitoral a aprovar pela assembleia geral.

ARTIGO 32.º

(Forma de votação)

A votação será sempre secreta, recaindo sobre listas completas integradas de todos os órgãos associativos, cujos boletins de voto, serão entregues dobrados em quatro, ao presidente da mesa.

ARTIGO 33.º

(Requisitos formais das listas)

As listas serão de formato cor e tipo de papel igual para todas as candidaturas, devendo conter a distribuição dos candidatos pelos cargos a que concorram.

ARTIGO 34.º

(Nulidade dos votos)

Consideram-se nulos os boletins de voto que apresentem todos os nomes riscados ou que contenham anotações ou sinais, ou em que se tenha procedido a alterações de nomes ou à troca de cargos.

ARTIGO 35.º

(Voto por correspondência)

1 — É permitido o voto por correspondência.

2 — O sócio que fizer uso deste direito dirigirá ao presidente da mesa uma carta, contendo a identificação necessária, dentro da qual incluirá o seu boletim de voto em sobrescrito fechado.

ARTIGO 36.º

(Apuramento)

Logo que a votação tenha terminado, proceder-se-á ao apuramento final, considerando-se eleita a lista sobre que tenha recaído o maior número de votos.

ARTIGO 37.º

(Protesto e recursos)

1 — A mesa da assembleia eleitoral decidirá, em conformidade com o disposto nos presentes estatutos e de acordo com os

princípios que neles se contêm, os protestos apresentados no decurso do acto eleitoral.

2 — Poderá ser interposto, com fundamento em irregularidades praticadas, recurso do acto eleitoral. O recurso, de que constarão as provas necessárias, será apresentado, por escrito, ao presidente da mesa da assembleia geral no prazo máximo de três dias a contar da realização do acto eleitoral.

3 — Recebido o recurso, a mesa da assembleia reunirá, conjuntamente com a comissão eleitoral, nos cinco dias imediatos à recepção do recurso.

4 — O recurso será rejeitado se não fizer prova dos factos invocados ou se a prova for manifestamente insuficiente, não cabendo recurso desta decisão.

5 — Aceite o recurso, será convocada uma assembleia geral extraordinária, que decidirá em última instância, sem prejuízo do contencioso judicial.

6 — Se a assembleia julgar procedente o recurso, o acto eleitoral será repetido no prazo máximo de trinta dias a contar da decisão da assembleia, concorrendo as mesmas listas, com as alterações que tiverem de ser introduzidas por força da decisão sobre o recurso.

7 — Os recursos têm efeitos suspensivos dos resultados do acto eleitoral.

ARTIGO 38.º

(Posse)

1 — Os membros eleitos consideram-se em exercício a partir da data da posse.

2 — A posse terá lugar até oito dias após a realização do acto eleitoral ou, tendo havido recurso deste, até oito dias após a decisão definitiva que considere improcedente o recurso.

CAPÍTULO IV

Regime disciplinar

ARTIGO 39.º

(Infracções disciplinares)

1 — Constitui infracção disciplinar, e como tal punível nos termos deste capítulo, o não cumprimento de qualquer dos deveres referidos nas alíneas c) e d) do artigo 7.º e bem assim a prática dos actos contrários aos objectivos da APOMEPA ou susceptíveis de afectar o seu prestígio.

2 — Constitui particular dever profissional o cumprimento escrupuloso das normas e princípios de carácter deontológico.

3 — Compete à direcção apreciar e decidir nos processos de infracção disciplinar.

4 — Nenhuma pena será aplicada sem que o associado conheça a acusação que lhe é formulada e se lhe conceda um prazo não inferior a dez dias para apresentar a sua defesa.

5 — Das deliberações da direcção, em matéria disciplinar, cabe recurso para a assembleia geral, e das decisões desta poderá recorrer-se para os tribunais comuns nos termos gerais de direito.

ARTIGO 40.º

(Sanções)

1 — As infracções disciplinares previstas no artigo anterior podem ser punidas com as seguintes sanções:

- a) Censura;
- b) Censura registada;
- c) Suspensão dos direitos de sócio até um ano;
- d) Exclusão.

2 — A falta de pontual pagamento das quotas poderá dar lugar à aplicação de sanções previstas neste artigo, sem prejuízo de recurso aos tribunais comuns para obtenção judicial das importâncias em dívida.

CAPÍTULO V

Do regime financeiro

ARTIGO 41.º

O ano social corresponde ao ano civil.

ARTIGO 42.º

(Receitas)

Constituem receitas da Associação:

- a) O produto das jóias e quotas dos associados;
- b) Quaisquer importâncias, fundos, donativos ou legados que venham a ser constituídos ou lhe sejam atribuídos.

ARTIGO 43.º

(Despesas)

As despesas da Associação serão exclusivamente as que resultarem da execução dos presentes estatutos e dos regulamentos e normas dela emanados, bem como de cumprimento das disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 44.º

(Movimentação de fundos)

O levantamento de importâncias depositadas será feito mediante cheque assinado pelo tesoureiro ou seu substituto e por qualquer dos membros da direcção.

ARTIGO 45.º

(Orçamento)

- 1 — A vida financeira e a gestão da Associação no seu conjunto ficam subordinadas a orçamento anual a aprovar conjuntamente pela direcção e pelo conselho fiscal.
- 2 — O orçamento ordinário de cada exercício será dado a conhecer à assembleia geral na reunião deste órgão que apreciar os documentos a que se refere o artigo seguinte.

ARTIGO 46.º

(Relatório, balanço e contas anuais)

A direcção elaborará, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, e apresentará à assembleia geral até 31 de Março do ano seguinte, acompanhados de parecer do conselho fiscal, o relatório, balanço e contas de cada exercício.

ARTIGO 47.º

(Reservas)

O saldo da conta de gerência de cada exercício será aplicado de acordo com o que for decidido pela direcção e pelo conselho fiscal, devendo, porém, essa aplicação ser ratificada pela primeira assembleia geral que se realizar.

CAPÍTULO VI

Da dissolução e liquidação

ARTIGO 48.º

1 — A Associação só poderá ser dissolvida por deliberação da assembleia geral, exclusivamente convocada para o efeito, com a antecedência mínima de trinta dias, e terá de ser aprovada por maioria de três quartos de todos os associados.

2 — A assembleia que votar a dissolução designará os liquidatários e indicará o destino do património disponível.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

ARTIGO 49.º

(Alterações dos estatutos)

1 — Estes estatutos poderão ser alterados por deliberação da maioria de três quartos dos votos correspondentes aos associados presentes em reunião da assembleia geral expressamente convocada para o efeito, com uma antecedência não inferior a trinta dias.

2 — Com a convocatória será remetido a cada sócio um ou mais projectos de alteração dos estatutos.

ARTIGO 50.º

(Integração)

Mediante deliberação favorável da maioria de dois terços dos votos correspondentes aos associados presentes em reunião da assembleia geral, especialmente convocada, e sem prejuízo da sua autonomia, é permitida a filiação da Associação noutras organizações de médicos.

ARTIGO 51.º

(Regulamento interno)

1 — Os presentes estatutos poderão ser objecto de regulamentação interna em todos os aspectos que não contendam com os direitos ou deveres fundamentais dos sócios.

2 — O regulamento interno a que se refere o número anterior será aprovado em assembleia geral convocada, nos termos previstos no artigo 48.º

3 — As disposições do regulamento interno terão a mesma validade e eficácia que os estatutos.

(Registados no Ministério do Trabalho em 6 de Janeiro de 1981, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 215-C/75, de 30 de Abril).

UNIÃO DAS ASSOC. DE COMERCIANTES DOS CONCELHOS LÍMITROFES DE LISBOA E OUTROS

ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

SECÇÃO V

ARTIGO 31.º

(Direcção)

1 — A direcção é composta por tantos membros efectivos quantas as associações filiadas na Unacol, até um máximo de

dez, um por Associação que dividirá entre si os respectivos cargos, em reunião estabelecida para o efeito.

Os cargos previstos serão:

Presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretários e vogais.

a) A direcção será no entanto obrigatoriamente composta por um número ímpar de vogais.

(Registados no Ministério do Trabalho em 12 de Maio de 1981, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 214—C/75, de 30 de Abril.)